

**Acórdão do Tribunal de Primeira Instância de 9 de Julho de 2009 — Melli Bank/Conselho**

(Processos apensos T-246/08 e T-332/08) <sup>(1)</sup>

*(«Política externa e de segurança comum — Medidas restritivas adoptadas contra a República Islâmica do Irão tendo por objectivo impedir a proliferação nuclear — Congelamento de fundos — Recurso de anulação — Fiscalização jurisdicional — Proporcionalidade — Igualdade de tratamento — Dever de fundamentação — Excepção de ilegalidade — Artigo 7.º, n.º 2, alínea d), do Regulamento n.º 423/2007»)*

(2009/C 205/67)

Língua do processo: inglês

**Partes**

*Recorrente:* Melli Bank plc (Londres, Reino Unido) (Representantes: inicialmente R. Gordon, QC, J. Stratford e M. Hoskins, barristers, R. Gwynne e T. Din, solicitors, posteriormente D. Anderson, QC, M. Hoskins, S. Gadhia, D. Murray e M. Din, solicitors)

*Recorrido:* Conselho da União Europeia (Representantes: M. Bishop e E. Finnegan, agentes)

*Intervenientes em apoio do recorrido:* República Francesa (Representantes: G. de Bergues, E. Belliard e L. Butel, agentes); Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte (Representantes: V. Jackson, agente, assistido por S. Lee, barrister); e Comissão das Comunidades Europeias (Representantes: S. Boelaert e P. Aalto, agentes)

**Objecto**

Nos processos T-246/08 e T-332/08, anulação do ponto 4 da tabela B do anexo da Decisão 2008/475/CE do Conselho, de 23 de Junho de 2008, que dá execução ao n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento (CE) n.º 423/2007 que impõe medidas restritivas contra o Irão (JO 163, p. 29), no que respeita ao Melli Bank, e, no processo T-332/08, eventualmente, declaração da inaplicabilidade do artigo 7.º, n.º 2, alínea d), do Regulamento (CE) n.º 423/2007 do Conselho, de 19 de Abril de 2007, que impõe medidas restritivas contra o Irão (JO L 103, p. 1).

**Dispositivo**

- 1) *É negado provimento aos recursos.*
- 2) *O Melli Bank plc suportará, para além das suas próprias despesas, as despesas incorridas pelo Conselho da União Europeia, incluindo as despesas relativas aos processos de medidas provisórias.*
- 3) *O Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, a República Francesa e a Comissão das Comunidades Europeias suportarão as suas próprias despesas, incluindo as despesas relativas aos processos de medidas provisórias.*

<sup>(1)</sup> JO C 197, de 2.8.2008.

**Acórdão do Tribunal de Primeira Instância de 9 de Julho de 2009 — Biotronik/IHMI (BioMonitor)**

(Processo T-257/08) <sup>(1)</sup>

*[«Marca comunitária — Marca nominativa comunitária BioMonitor — Motivo absoluto de recusa — Carácter descritivo — Artigo 7.º, n.º 1, alínea c), do Regulamento (CE) n.º 40/94 [actual artigo 7.º, n.º 1, alínea c), do Regulamento (CE) n.º 207/2009]»]*

(2009/C 205/68)

Língua do processo: alemão

**Partes**

*Recorrente:* Biotronik GmbH & Co. KG (Berlim, Alemanha) (representantes: inicialmente U. Sander e R. Böhm, depois R. Böhm, advogados)

*Recorrido:* Instituto de Harmonização do Mercado Interno (marcas, desenhos e modelos) (representante: S. Schäffner, agente)

**Objecto**

Recurso interposto da decisão da Quarta Câmara de Recurso do IHMI, de 24 de Abril de 2008 (processo R 466/2007-4), relativa a um pedido de registo da marca nominativa BioMonitor como marca comunitária.

**Dispositivo**

- 1) *É negado provimento ao recurso.*
- 2) *A Biotronik GmbH & Co. KG é condenada nas despesas.*

<sup>(1)</sup> JO C 223, de 30.8.2008.

**Despacho do Tribunal de Primeira Instância de 30 de Junho de 2009 — Impala/Comissão**

(Processo T-464/04) <sup>(1)</sup>

*(Concorrência — concentração — Empresa comum Sony BMG — Litígio que ficou sem objecto — Não conhecimento do mérito)*

(2009/C 205/69)

Língua do processo: inglês

**Partes**

*Recorrente:* Independent Music Publishers and Labels Association (Impala, associação internacional) (Bruxelas, Bélgica) (representantes: S. Crosby e J. Golding, solicitors, e I. Wekstein, advogado)

*Recorrida:* Comissão das Comunidades Europeias (representantes: X. Lewis e K. Mojzesowicz, agentes)